



FUNDAÇÃO
**WALDEMAR
ALCÂNTARA**

**OS CAMINHOS DO EXOTISMO
E O INDIGENISMO BRASILEIRO**

Alcida Rita Ramos

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data ____/____/____
Cod. K1D00101

**OS CAMINHOS DO EXOTISMO
E O INDIGENISMO BRASILEIRO**

Alcida Rita Ramos

Coleção Documentos

Série Antropologia

Nº 001 – José Maria Tenório Rocha Estevão Pinto, um dos pioneiros da antropologia no Brasil

Série Literatura

Nº 001 – Beatriz Alcântara Academia Brasileira dos Esquecidos

Nº 002 – Francisco José Alves Folclore e Sociedade: análise de um conto popular

Nº 003 – Lena Ommundsen Pessoa O Teatro do Absurdo e o Trágico-Cômico
no "Le Roi Se Meurt" de Ionesco

Série Política

Nº 001 – Walter Costa Porto O Sistema Proporcional Nas Eleições Brasileiras: Um Balanço

Nº 002 – Lúcio Gonçalo de Alcântara O PDT e o Nordeste – Uma contribuição à discussão

Série Sociologia

Nº 001 – Aspásia Camargo Novo Brasil, Novo Nordeste: Idéias para um debate

Nº 002 – Fanny Tabak A Lei Como Instrumento de Mudança Social

**OS CAMINHOS DO EXOTISMO
E O INDIGENISMO BRASILEIRO**

Ficha catalográfica

Ramos, Alcida Rita

Os caminhos do exotismo e o indigenismo brasileiro/Alcida Rita Ramos. — Fortaleza : Fundação Waldemar Alcântara, 1994.

9 p. — (Coleção Documentos. Série antropologia; n.2)

1. Índio - Brasil 2. Índio Yanomami 3. Antropologia

I. Fundação Waldemar Alcântara II. Título III. Série

OS CAMINHOS DO EXOTISMO E O INDIGENISMO BRASILEIRO

Alcida Rita Ramos

- PhD, University of Wisconsin, Madison, 1972.
- Professora Titular do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.
- Etnologia indígena (esp. Yanomami e Mayongong),
Relações Interétnicas, Organização Social e Parentesco

**Fundação Waldemar Alcântara
Fortaleza
Julho de 1994**

A **Coleção Documentos** publicada pela **Fundação Waldemar Alcântara**, objetiva divulgar textos que proporcionem uma reflexão sobre temas políticos, sociais, culturais, etc. A circulação é limitada, sendo proibida a reprodução da íntegra ou parte do texto sem o prévio consentimento do autor e da Fundação.

COMITÊ DE COORDENAÇÃO

Afonso Celso Machado Neto

Guaraciara Barros Leal

Lúcio Gonçalo de Alcântara

Luiza Alcântara

Maria Creuza Magalhães

Digitação: Lucyana Barros Leal

Editoração: Marcos Alberto Aguiar Moreira

Revisão: Afonso Celso Machado Neto

Montagem: Carlos Henrique Mota Sousa
Oberdan Rodrigues de Sousa

Desejando receber este caderno da Coleção Documentos, escreva ou telefone para:

FUNDAÇÃO WALDEMAR ALCÂNTARA
Rua Júlia Vasconcelos, 100 - Plo XII
60.120-320 - Fortaleza CE.

Fone: (085)227-4577

FAX: (085)273-2433

OS CAMINHOS DO EXOTISMO E O INDIGENISMO BRASILEIRO*

Não é de hoje que a Antropologia é acusada, de dentro e de fora, de servir a interesses coloniais ao promover o exotismo ao se dedicar a problemáticas advindas de sociedades que não se enquadram no rótulo geral de "ocidentais". O "ocidental" é entendido não em termos de geografia, mais de geopolítica. Critica-se os antropólogos por se preocuparem com o primitivo, com o arcano, numa demonstração de desinteresse pelo que realmente conta, isto é, por questões de porte nacional ou internacional. Prega-se a necessidade de se estudar "o centro" ou "problemáticas relevantes" da periferia, deixando para trás o gosto pelo micro e pelo remoto. Essas críticas aparecem tanto no cenário leigo como no acadêmico, geralmente nas outras ciências sociais que tomam como ponto pacífico que quem dá as cartas neste mundo são os ocidentais.

Mas essa crítica aparece também nos meios antropológicos do Primeiro Mundo. Aquele Outro, que até agora parecia trazer desconforto apenas a quem olha de longe, começa a incomodar alguns antropólogos euro-norte-americanos. Há quem insinue mesmo que é a Antropologia que inventa a alteridade (Thomas, 1991, p. 312). Mas, diz (Herzfeld, 1987, p. 187) um dos que acredita que o Outro pode estar em qualquer lugar, se "os antropólogos às vezes sentem que suas pesquisas em lugares remotos expõem a disciplina ao ridículo como um luxo inútil (...), nem por isso devem correr para as áreas "relevantes". O mundo das margens ainda tem muito que dizer.

Podemos perceber vários planos por trás dessa discussão. Um deles é o plano da distribuição de poder acadêmico no mundo antropológico; um segundo é o plano da nostalgia pelo eurocentrismo; e um terceiro é o plano da percepção, ou falta dela, no que tange a dimensão política no fazer etnográfico onde quer que ele ocorra.

O primeiro plano, o da distribuição de poder acadêmico, refere-se à hegemonia dos centros de irradiação das opiniões antropológicas. No caso específico do repúdio à fabricação do exótico, é a Antropologia central fazendo seu ato de contrição. Ao se auto-analisarem como politicamente ingênuos e se auto-condenarem por criarem o outro exótico, não passa pelo mente desses antropólogos olhar em volta e ver se esse mal-estar advém mesmo da disciplina antropológica, ou da sua maneira específica de fazer Antropologia. Se para eles estudar povos primitivos é fomentar o exotismo, então, na sua visão auto-centrada, é a Antropologia que fomenta o exótico. Mas, se lá o estudo etnográfico de povos marginais ao Ocidente tem o sabor do atávico, por aqui a prática antropológica vai muito mais pela preocupação em insistir na legitimidade que têm os povos indígenas de ser diferentes. Sentimos muito, mas se nossos colegas euro-norte-americanos excitam as imaginações sedentas de exotismo, o problema é deles, não da Antropologia. Aliás, diga-se de passagem, confundir exotismo com alteridade, como faz Nicholas Thomas, é um equívoco conceitual dos mais contundentes que já encontrei.

* Apresentado na Mesa Redonda: AS SOCIEDADES AMERÍNDIAS E O PROJETO NACIONAL-ASPECTOS POLÍTICOS E CULTURAIS CONTEMPORÂNEOS. 45ª Reunião Anual da SBPC, 11 a 16 de julho de 1993.

O segundo plano é o da nostalgia pelo centro do mundo. Antropólogos que se criaram ao sabor da tradição que privilegia o recato político do trabalho acadêmico, descobrindo que nem só de mundo primitivo vive a Etnografia, passam a perceber que é importante não só estudar os não-primitivos, como também as malhas que prendem os primitivos aos centros de poder mundial. Essa descoberta parece provocar-lhes uma reação quase matricida. É como se de repente percebessem que foram enganados e querem então matar a mãe Antropologia. Mas, como o mesmo Herzfeld se dá conta, ao demandar o centro, os antropólogos, dando as costas aos primitivos, acabam por acentuar ainda mais o exotismo. Se apenas o é "relevante" merece ser estudado, e esse relevante exclui os povos marginais à política mundial, confirma-se com mais força a sua inescapável exotividade aos olhos do Ocidente. Não é abandonando a pesquisa entre povos primitivos que se supera o peso do exotismo que o Ocidente jogou sobre eles. A julgar pelos queixumes de Thomas, é como se os antropólogos do Primeiro Mundo, ao descobrirem que o Ocidente e o seu impacto no mundo primitivo podem ser objeto de etnografia, sucumbissem a um complexo de inferioridade com relação à disciplinas afins. Com os bríos feridos e no seu afã de serem admitidos no círculo dos pensadores sobre o centro, tais como historiadores, cientistas políticos ou sociólogos, esses antropólogos, ao exibirem sua consciência infeliz, quer dizer, ao se verem com os olhos de um suposto super-ego intelectual, parecem rejeitar suas origens interioranas canonizadas pelos primitivos. A mistificação de tal atitude só faz exacerbar o gosto pelo exótico, ou seja, o outro distante continuará anedótico e irrelevante na medida em que não for tornado inteligível para o mundo que o exotizou.

O terceiro plano é o da percepção da dimensão política nos estudos etnográficos. A etnografia "indígena" que não explorar "as percepções históricas e o sentido de instabilidade e contestação política da cultura" (Thomas, 1991, p. 311) é vista como exotizante. O empenho do antropólogo em desvendar questões desligadas dos grandes temas mundiais é atribuído às raízes da imaginação colonial de onde germinou a Antropologia (p.317). Em outras palavras, o trabalho do antropólogo só se torna politicamente correto se explorar os meandros da dominação ocidental sobre os povos primitivos. Estes povos, em si mesmos, não são capazes de gerar interesse político que não seja no registro do exotismo. É preciso que o antropólogo os torne politicamente visíveis e relevantes, desnudando as suas agruras dentro do sistema mundial. Estudar os povos primitivos por si mesmos é então visto como um desfavor que os antropólogos fazem a eles. Por trás dessa falácia está uma postura secular e talvez impossível de erradicar, que é a seguinte: o Ocidente só consegue perceber o diferente como inferior. Tão impregnada está essa noção nas mentes ocidentais que os próprios antropólogos, no seu zelo de salvar os primitivos da pecha de inferiores, acabam por negar a relevância de suas especificidades culturais (exemplo: William Arens e a negação do canibalismo).

Todas essas preocupações, vistas do nosso ponto de observação, fazem-me imaginar um chinês observando um europeu no ato de descobrir a pólvora. E, como a história só se repete como farsa, fica um sabor de teatro do absurdo em toda essa discussão do arcano e do moderno, do politicamente inocente e do politicamente sofrido. A única razão para trazer à baila essa discussão é porque essas preocupações vindas do centro de difusão antropológica têm ecos algo inquietantes em alguns setores da nossa intelectualidade e classe política. Por exemplo, é interessante notar que entre nós a acusação de querer manter os povos indígenas intocados tem vindo de fora da Antropologia. Nas ciências sociais reina uma certa impaciência ou

complacência para com a preocupação dos antropólogos pelo "inessencial". Mas é de agentes políticos ligados direta ou indiretamente ao aparelho de estado que vêm os ataques mais graves. São as recorrentes disparadas contra os antropólogos que são acusados de querer preservar os índios em redomas de vidro como em zoológicos, ou em enclaves de subversão. Há dois anos a imprensa divulgou alguns depoimentos de militares ligados à Amazônia que falavam no perigo de "quistos antropológicos" associados à cobiça estrangeira. Contra eles, propunha então o general Antenor Cruz Abreu, o exército estava disposto a recorrer ao estado de guerra, transformando a Amazônia num novo Vietnã. Na verdade, essas acusações, que sempre aparecem em momentos estratégicos de ebulição étnica, nada mais são do que uma admissão de que, afinal, o poder de fogo dos antropólogos não é assim tão desprezível. Os antropólogos poderiam ser solenemente ignorados - como os euro-norte-americanos parecem ser - deixados a seus afazeres acadêmicos, como na Castália de Herman Hesse, se não trouxessem a sua experiência profissional para o campo político dos direitos indígenas. O apelo ao estereótipo do antropólogo impatriota e desligado da realidade nada mais é do que uma tentativa de neutralizar a propensão dos antropólogos nacionais para a contestação política. Quando dizemos que o antropólogo brasileiro é antes de tudo um ator político é no sentido exatamente inverso ao dos lamentos dos colegas de Primeiro Mundo. É na alteridade que encontramos o idioma mais potente para trazer a problemática indígena ao plano da política nacional. O nosso problema não tem sido o de nos defendermos da acusação de alienados, mas sim de subversivos. Para nós a dimensão política do fazer etnografia é quase uma segunda natureza. É raro o antropólogo brasileiro que não se debruce sobre a problemática da sujeição dos povos indígenas, seja em forma de pesquisa, seja em forma de ativismo político.

No entanto, não acredito que traga qualquer benefício aos povos indígenas ignorar o seu modo próprio de ser e olhá-los apenas com a lupa refletora dos problemas advindos do contato interétnico. Uma boa etnografia, ao contrário de criar o exotismo alienante, tem a força de pulverizá-lo.

Nem exotismo nem alteridade são invenções da Antropologia, muito pelo contrário. Ela é que foi inventada para domesticá-los, torná-los culturalmente digeríveis ao paladar cultural do Ocidente. Tem sido assim com os grandes esforços analíticos da disciplina desde o século passado.

Mas é preciso fazer uma distinção sobre o caráter do exótico. Como o colesterol, o exotismo pode ser bom ou mau para a saúde do coletivo nacional. Uma coisa é tratar o diferente, o outro como um ser irreduzível à nossa compreensão. É citá-lo fora de contexto, transformando-o em anedota ou em banalidade. Uma etnografia superficial, uma palestra inconsequente, um comentário espirituoso, jocosos ou chocante para os não iniciados são exemplos de artefatos do mau exótico. Dele germina a intolerância étnica, o paternalismo e a submissão cultural dos povos indígenas.

Outra coisa é ir fundo na tentativa de compreender a razão do outro, fazer o esforço hercúleo de buscar formas de tradução cultural dignas daquela complexidade e reverter tudo isso em prol do direito à diferença. É recusar-se a adjetivar o outro, a reduzi-lo a meia dúzia de caracterizações estereotipadas, a torná-lo objeto de curiosidade leviana. Um trabalho etnográfico exaustivo e sensível, um compromisso ético, moral e político com o respeito à alteridade e uma atitude crítica à sua banalização contribuem muito para se manter o exótico dentro dos limites do saudável. Porque tal grupo indígena precisa de tanta terra, ou porque aquele outro pode usar

maconha em seus rituais, são exemplos de questões facilmente assimiláveis pela sociedade nacional se ela for adequadamente informada desses porques.

Acusar a Antropologia de se deleitar com o exotismo parece ser um achaque ocupacional de Primeiro Mundo. No Brasil, onde os antropólogos, antes de tudo, são cidadãos de um país que aspira a apagar as diferenças culturais e construir uma grande nação homogeneizada, nada mais inapropriado do que punir quem se dedica a apontar diferenças que não só existem, mas têm até a proteção legal. Aqui, acusações de exotização geralmente assumem o caráter de arma política no contra-ataque aos golpes que o ativismo antropológico de vez em quando desfere contra o absolutismo cultural que reina entre nós.

Mas nem só de acusações vivem os antropólogos brasileiros. A consequência dialética de sua postura política é que seu métier tanto provoca reações negativas quanto positivas. Seus serviços são às vezes requisitados, não para criar zoológicos humanos, mas para ajudar a resolver problemas decorrentes da inapetência da sociedade e do Estado brasileiros para digerir a alteridade. Quero demonstrar isto com o caso que conheço melhor, que é o meu próprio. Não é que o meu modo de fazer Antropologia seja especialmente apto aos propósitos da razão do Estado, mas acontece de eu ser a única antropóloga brasileira que se dedica à etnografia Yanomami.

O caso Yanomami tornou-se emblemático do exótico em vias de extinção. Sua visibilidade deve-se, no exterior, aos escritos do antropólogo norte-americano Napoleon Chagnon, o exotizador por excelência, e aqui, às atenções da mídia canalizadas várias ONGs que se têm dedicado a desviar os Yanomami da rota de obliteração. Sem o saber, os Yanomami passaram a fazer as vezes de lente de aumento focalizada na política indigenista oficial. Através deles o Estado brasileiro ficou na mira da crítica tanto aqui dentro como lá fora. Por causa deles, presidentes da FUNAI caíram e ascenderam e o monstro inerte da máquina estatal esboçou algum movimento no rumo da proteção aos seus direitos. Também sem o saber, os Yanomami catalizaram as atenções leigas sobre o saber antropológico. Este é um caso em que a exploração do exótico pode reverter em benefício do exotizado.

Em meados dos anos 70, a abertura da Perimetral Norte devastou cerca de 50% das aldeias que foram diretamente afetadas pela rota da estrada ou pelas doenças contagiosas que ela trouxe no seu bojo. Naquela época, uma prévia de abertura política esboçava-se no país. Foi o bastante para que a FUNAI, que por todo o regime militar foi truculentamente anti-antropólogo, deu uma trégua e contratou serviços antropológicos para tentar remediar o mal que se alastrava entre os Yanomami, muitos deles em seus primeiros contatos com o mundo exterior. A experiência foi curta e frustrante e acabou abortada pela própria FUNAI.

No início dos anos 80, a FUNAI, já refeita de suas aventuras no campo da experimentação democrática, a contra gosto viu-se na contingência de apelar para o conhecimento etnográfico quando teve que justificar uma de suas propostas de demarcação das terras Yanomami. FUNAI e eu não nos falávamos diretamente, mas através da recém-criada Comissão pela Criação do Parque Yanomami, a CCPY. A situação era tão insólita que para aumentar as chances de a FUNAI aceitar o que eu escrevia, eu fui desencorajada de me tornar visível a ela. Foi uma bela proposta, mas solenemente ignorada pelas instâncias superiores do Estado.

Veio agosto de 1987, a avalanche de dezenas de milhares de garimpeiros tomou de assalto o coração e os nervos da terra Yanomami, os militares do Calha Norte

tendo a FUNAI como órgão executor expulsou da área os médicos da CCPY e proibiu a entrada de antropólogos, e ficamos sem saber o que acontecia até que as reportagens da imprensa começaram a estampar a tragédia. Os olhos do mundo voltaram-se para o caso como insetos atraídos por um holofote. Começava o espetáculo macabro da dizimação Yanomami.

Como esse escândalo que expôs o governo brasileiro a uma das piores campanhas de repúdio, o Estado encheu-se de brios e mais uma vez a Antropologia foi chamada para tentar salvar a situação. Fui então convocada pela Procuradoria Geral da República Para escrever um laudo pericial que justificasse o porque de os Yanomami precisarem de mais de 9 milhões de hectares e porque era necessário expulsar os quase 50 mil garimpeiros que infestavam a terra e a saúde dos índios. O resultado foi uma liminar a favor da interdição da área proposta oficialmente pela FUNAI, o que resultava na remoção de todos os não-índios das terras indígenas. Pressionado por todos os lados, o então presidente Sarney acabou cedendo aos garimpeiros e criando três reservas garimpeiras, duas das quais dentro da área interdita. Era o Estado se auto-deglutindo. O Ministério Público, que existe para defender os interesses da União mesmo contra os governantes, continuou insistindo no respeito à liminar. O impasse foi dissolvido pelo furacão Collor, que acabou demarcando e homologando a área Yanomami, depois de quase um quarto de século de tentativas frustradas.

No início de 1991, ainda sem autorização para entrar como pesquisadora na área Yanomami, fui convocada para participar da criação do Distrito Sanitário Yanomami, uma investida do Ministério da Saúde em resposta à mortalidade anunciada e televisionada que estava acabando com os Yanomami e com a respeitabilidade internacional do Brasil. De novo o saber antropológico foi recrutado, de novo não para evitar um mal, mas para remediá-lo. Mergulhei de corpo e alma nessa empreitada. Fui conselheira dos que preparavam a criação da Fundação Nacional de Saúde e companheira de campo de dedicadas equipes médicas que têm em seu crédito a incrível experiência de salvar da morte certas aldeias inteiras atacadas da letal malária falciparum.

Como intérprete, mediadora cultural e assessora dessas equipes, dei-me conta, mais uma vez, de que, afinal, o trabalho acadêmico do antropólogo brasileiro não termina nas páginas impressas de uma publicação profissional. As preocupações acadêmicas de antropólogos do Primeiro Mundo servem-nos de espelho para nos vermos forjando uma antropologia talvez com cara de exótica para eles, mas uma antropologia em situação. Aqui, como deveria ser também em outros lugares, nós, antropólogos, somos parte, espero, da solução e não do problema.

Mas, voltando à discussão inicial, duas ou três coisas restam ainda a se dizer. Primeiro, o abandono da etnografia tradicional, como quer Thomas, reduziria a pó a autoridade do antropólogo enquanto ator político na arena do indigenismo. Eu só posso render serviços à causa Yanomami graças a um trabalho etnográfico prolongado e de base, nos moldes da tradição acadêmica da Antropologia.

Segundo, a busca do centro, ou de problemáticas relevantes, só faz sentido dentro de um quadro de engajamento tanto intelectual como político. De novo, isso não é grande novidade para a Antropologia brasileira que gerou os estudos de fricção interétnica e de frentes de expansão. Certamente, não sofremos da nostalgia pelo "centro" que aflige aqueles antropólogos euro-norte-americanos que percebem o traba-

lho etnográfico como fatalmente esquizofrênico, irremediavelmente compartimentalizado.

E terceiro, se fosse revertida a atual hegemonia na divulgação de opiniões acadêmicas, de tal modo a tornar visíveis modos alternativos de se fazer Antropologia, o Brasil poderia mostrar aos novos descobridores da pólvora que é possível fazer-se etnografia sem culpa. E não só isso, mas que é preciso continuar a etnografar com seriedade. Uma tese de mestrado recente sobre os Javaé, considerados praticamente perdidos para a etnografia, graças à sua reputação de índios bêbados e decadentes, mostra com uma impressionante riqueza de detalhes um magnífico mundo simbólico que só pode nos despertar um imenso respeito por esses índios. Os Javaé, para quem ler essa tese, nunca mais serão depreciados como restos de uma etnia perdida.

Trazendo toda esta discussão ao tema da Mesa Redonda, gostaria de dizer o seguinte: A conjuntura atual é extremamente desfavorável aos povos indígenas do Brasil. Depois do choque que tomaram com os ganhos indigenistas na Constituição, os que perderam com esses ganhos re-armam-se para recuperar o perdido. O projeto nacional, o que quer que ele seja, parece cada vez mais distanciado da problemática indígena. A overdose de visibilidade dos índios esgotou os meios de comunicação e deu lugar a negociações sigilosas em gabinetes fechados. O Congresso, com uma safra atual excepcionalmente pobre em parlamentares interessados no assunto, enreda-se numa espiral de descrédito. As ONGs, cada vez mais poderosas, parecem estar mais preocupadas em lutar entre si pela última palavra em termos de política indigenista do que em juntar forças contra os seus verdadeiros oponentes. A imprensa, entulhada com os fatos da crise nacional que proliferam numa linha de montagem infernal, parece imune ao apelo que sempre teve pelo exótico e emudeceu quanto à questão indígena.

É em conjunturas como esta que o poder analítico dos antropólogos é posto à prova. A Antropologia brasileira, em sua tradição de acoplar interesse acadêmico com responsabilidade social pelos povos indígenas, deve continuar a fazer o que sempre fez e não se deixar arrastar pelo imediatismo que às vezes ameaça tragar o nosso projeto. Não nos recusamos a pôr em prática o nosso conhecimento, mas não podemos deixar que essa prática afogue a nossa vocação que é, afinal e primordialmente, a de gerar conhecimento. Seremos muito mais úteis à causa indígena se tivermos o respaldo de um saber que só se adquire com pesquisa de campo, reflexão teórica e maturidade analítica. Disso não podemos abrir mão, seja o nosso tema de pesquisa um sistema cosmológico ou um movimento de resistência. Qualquer que seja o projeto nacional, o nosso projeto profissional deve manter, acima de tudo, o padrão que caracteriza a Antropologia, não na sua cara provinciana geralmente vinda do centro, mas enquanto a disciplina universalista que ela é.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENS, William. 1979. The Man-Eating Myth . Oxford University Press.

HERZFELD, Michael. 1987. Anthropology through the Looking-Glass. Cambridge University Press.

Thomas, Nicholas. 1991. Against Ethnography. Cultural Anthropology, v.6, n.3, p. 306-322.